

APRESENTAÇÃO*Nilcéa Maria Barbosa Maggi* 13**ARTIGOS****CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL***Damíbio Tavares Alves* 15**LIMITES DA REFORMA OU RESCISÃO DA COISA JULGADA CONTRÁRIA AO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE – ANÁLISE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 730.462/SP***Eleno Alberto da Silva* 47**A JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA NAS TUTELAS DE URGÊNCIA: EM BUSCA DO SENTIDO DO ART. 300, § 2º, DO NOVO CPC EM BUSCA DO SENTIDO DO ART. 300, § 2º, DO NOVO CPC***Felippe Borring Rocha e Luísa Tostes Escocard de Oliveira* 87**A CUSTOSA QUESTÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA E AS INVERDADES CONVENIENTES***Francisco Glauber Pessoa Alves* 103**DA (IN)APLICABILIDADE DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) NO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL: ANÁLISE JURISPRUDENCIAL***Gabriela Arruda Assunção* 127**A FORÇA VINCULATIVA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS SOBRE O LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO***Gustavo Henrique de Souza Ramos* 159**“A MORTE COMO PENA – CONTRADICTIO IN TERMINIS –, SEGUNDO O PENSAMENTO DE MIGUEL REALE”***Lucas Santos Jatobá* 197**A OBJEÇÃO DE EXECUTIVIDADE OU EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE APÓS AS REFORMAS PROCESSUAIS E O CÓDIGO PROCESSUAL CIVIL DE 2015***Marcela Neves Baptista Lins Stillitano* 211

ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DO DECRETO PRESIDENCIAL Nº 8.426 DE 2015. CONSTITUTIONAL ASPECTS OF PRESIDENTIAL DECREE No. 8.426 OF 2015

Marcos Antonio dos Santos 227

ESPAÇO VIRTUAL DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria de Lourdes Castelo Branco de Oliveira 263

DA QUESTÃO PREJUDICIAL INCIDENTAL CONSTITUCIONAL NO STF E O NOVO REGIME DE COISA JULGADA

M. Y. Minami e Ravi Peixoto 277

ÍNDICE DE FUNCIONALIDADE BRASILEIRO APLICADO PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO E CONCESSÃO DA APOSENTADORIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – IF-BRA, INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 142/2013; ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO TÉCNICA E JURÍDICA DAS DECISÕES JUDICIAIS QUE SUSTENTAM A SUPOSTA REVOGAÇÃO DA PORTARIA INTERMINISTERIAL SDH/MPS/MPOG/AGU Nº 1/2014

Orion Sávio dos Santos e José Maurício Lindoso de Araujo 303

A EVOLUÇÃO DO ORDENAMENTO BRASILEIRO NO REGIME INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS: HÁ MUDANÇA NO PARADIGMA JURISPRUDENCIAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL?

Pedro Henrique de Faria Barbosa 325

O REGIME REMUNERATÓRIO DAS CONCESSÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Pedro Dias de Oliveira Netto 343

ALGUMAS NOVIDADES NA TRAMITAÇÃO DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS NO CPC/2015

Vinicius Silva Lemos 379

O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES E O PARADIGMA DA CONFIANÇA

Vitor Galvão Fraga 419